

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

### Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Financeira submete à apreciação de V. Sas. às Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores externos, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017. O presente relatório alcança os dados consolidados das entidades componentes do Conglomerado Financeiro Barigüi, integrado pela própria Barigüi Financeira e também a Barigüi Companhia Hipotecária e Barigüi Securitizadora S.A., ambas sob a liderança da primeira.

Cumprindo o papel de uma Companhia de Crédito, Financiamento e Investimentos, a Barigüi Financeira vem operando no crédito pessoal a servidores públicos e beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, este o seu principal produto, representando mais de 95% do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com forte concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses das folhas de pagamento e consequente nível reduzido de inadimplência.

No que tange ao Conglomerado, temos a, Barigüi Companhia Hipotecária, participante do Sistema Financeiro de Habitação, que tem por objetivo a concessão de créditos imobiliários, tendo como "funding" captações via letras de crédito imobiliário (LCI's). Esta sociedade permanece expandindo seus negócios, em um segmento devedor relevante para a economia do País e atuando, inclusive, diretamente junto a construtoras e incorporadoras mediante aquisição, via cessão, de carteiras de recebíveis de vendas de bens imóveis. Outra instituição integrante, a Barigüi Securitizadora, regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tem por objetivo a aquisição e securitização de recebíveis mobiliários, com a resultante emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e disposições legais subsequentes. Atua, ainda, com a realização de negócios e prestação de serviços a terceiros que sejam compatíveis com as atividades de securitização.

O lucro do exercício da Barigüi Financeira, já reconhecendo os resultados advindos do seu controle sob a Cia Hipotecária e a Barigüi Securitizadora, foi de R\$ 12.227 mil, antes da distribuição dos Juros Sobre o Capital Próprio, sendo que estes alcançaram 3.575 mil. Tal resultado proporcionou uma rentabilidade de 24,96% sobre o patrimônio líquido médio. O índice de Basileia alcançou 17,62, que, conjugado com opção por manter de nível elevado, próximo ao Patrimônio Líquido, de recursos imediatamente disponíveis, refletiu a possibilidade de expansão de negócios. Afora o antes indicado, a Barigüi Financeira e entidades ligadas acima nominadas reúnem condições de aproveitamento de oportunidades que possam surgir em decorrência do cenário de recessão por que passa a economia nacional e de mitigar eventuais efeitos adversos que se apresentem a nível macroeconômico. Agradecemos a dedicada colaboração de todos que contribuíram para a obtenção dos resultados verificados no referido exercício, em especial ao corpo de funcionários, e estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Curitiba (PR), 23 de março de 2018.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro – Diretor Presidente

Ativo	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		108.094	144.458	180.868	190.096
Disponibilidades		517	1.819	1.594	2.442
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	36.357	70.657	31.333	56.431
Aplicações em depósitos interfinanceiros		36.357	70.657	31.333	56.431
Títulos e valores mobiliários/Instrumentos derivativos financeiros		-	-	2.383	-
Carteira própria	6.a	-	-	1.996	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	387	-
Operações de crédito	7	67.690	68.700	132.213	118.008
Setor privado		68.823	70.979	135.985	121.970
(-) Provisão para perdas em operações de crédito		(1.133)	(2.279)	(3.772)	(3.962)
Outros créditos	8	2.196	1.494	4.974	4.103
Créditos tributários		1.796	928	2.523	2.020
Diversos	9	400	566	2.451	2.083
Outros valores e bens		1.334	1.788	6.411	9.112
Despesas antecipadas		1.334	1.788	1.938	2.630
Bens não de uso		-	-	7.412	8.051
(-) Provisão para desvalorização de bens		-	-	(939)	(1.569)
<b>Não circulante</b>		177.579	157.064	365.035	289.242
Realizável a longo prazo		161.229	142.742	363.887	288.496
Títulos e valores mobiliários/Instrumentos derivativos financeiros		5.001	-	5.969	755
Carteira própria	6.a	5.001	-	5.001	-
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	-	-	988	755
Operações de crédito	7	153.330	138.786	347.708	278.780
Setor privado		154.726	140.492	353.103	283.983
(-) Provisão para perdas em operações de crédito		(1.396)	(1.706)	(5.395)	(5.203)
Outros créditos	8	1.313	1.289	4.697	2.864
Diversos		595	517	844	604
Créditos tributários		1.045	1.099	4.180	2.587
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(327)	(327)	(327)	(327)
Outros valores e bens	9	1.585	2.667	5.513	6.097
Despesas antecipadas		804	2.612	1.281	3.920
Bens não de uso		1.642	784	5.327	3.123
(-) Provisão para desvalorização de bens		(861)	(729)	(1.075)	(946)
<b>Permanente</b>		16.350	14.322	1.148	764
Investimentos		15.878	13.723	385	3
Participação em controlada e coligada	10	15.875	13.720	382	-
Outros investimentos		3	3	3	3
Imobilizado de uso		393	503	538	589
Outras imobilizações de uso		1.445	1.468	1.706	1.614
(-) Depreciação acumulada		(1.052)	(965)	(1.168)	(1.025)
Intangível		79	96	225	172
Licenciamento e uso de software		432	414	641	506
(-) Amortização acumulada		(353)	(318)	(416)	(336)
<b>Total do ativo</b>		285.673	301.522	545.903	479.338

Passivo	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>		99.463	95.726	189.645	161.383
Depósitos	11.a	17.614	25.488	17.614	25.488
Depósitos a prazo		17.614	25.488	17.614	25.488
Recursos de aceite de emissão de títulos	11.b	68.181	62.243	136.281	122.103
Recursos de acetes cambiais e emissão de títulos		68.181	62.243	68.181	62.243
Letras de crédito imobiliário		-	-	68.100	59.860
Obrigações por empréstimos e repasses		-	-	11.764	-
Empréstimos no exterior		-	-	11.764	-
Outras obrigações		13.668	7.995	23.986	13.792
Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		8	9	45	53
Sociais e estatutárias	12	3.811	3.278	4.089	3.467
Fiscais e previdenciárias		4.875	648	5.927	2.827
Diversas		4.367	4.080	13.318	7.645
Dívida subordinada elegível a capital		607	-	607	-
<b>Não circulante</b>		127.294	157.250	296.426	268.534
Exigível a longo prazo		127.294	157.250	296.426	268.534
Recursos de aceite de emissão de títulos	11.b	124.802	155.854	285.876	264.882
Recursos de acetes cambiais e emissão de títulos		124.802	155.854	124.419	155.854
Recursos de letras de crédito imobiliário		-	-	161.457	109.028
Títulos e valores mobiliários/Instrumentos derivativos financeiros	6.b	2.095	-	2.764	-
Instrumentos financeiros derivativos		2.095	-	2.764	-
Outras obrigações		397	1.396	7.786	3.652
Diversas	13	397	782	7.786	3.038
Dívida subordinada elegível a capital	16	-	614	-	614
<b>Patrimônio líquido</b>		58.916	48.546	59.832	49.421
Capital social		45.000	23.000	45.614	23.600
De domiciliados no país		44.459	23.000	45.073	23.800
Demais ações preferenciais		541	-	541	-
Reservas de lucros		13.916	25.546	14.218	25.821
Reserva legal		611	2.327	655	2.307
Outras reservas de lucro		13.305	23.219	13.563	23.454
<b>Total do passivo</b>		285.673	301.522	545.903	479.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Individual		Consolidado	
		2º sem/2017	31/12/2017	2º sem/2016	31/12/2016
Receitas da intermediação financeira		28.700	58.725	60.426	47.395
Operações de crédito	6.b	28.652	55.336	52.894	48.004
Resultado com aplicações interfinanceiras, TVMs e instrumentos derivativos	7.c	48	3.389	7.532	2.444
Despesas da intermediação financeira		(10.543)	(25.504)	(39.220)	(45.948)
Operações de captação no mercado	11.b.1.	(10.505)	(23.937)	(34.982)	(40.151)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.c	(493)	(1.567)	(3.591)	(1.522)
Operações de venda ou transferência de ativo financeiro		-	-	(647)	-
Operações de empréstimos e repasses		-	-	(784)	(764)
Resultado bruto da intermediação financeira		18.157	33.221	21.206	26.687
Outras receitas (despesas) operacionais		(7.310)	(14.833)	(11.348)	(15.491)
Receita de prestação de serviços	1	2	6	1.588	3.060
Despesas de pessoal		(1.617)	(3.036)	(2.969)	(3.516)
Despesas administrativas	19	(6.052)	(11.114)	(10.326)	(12.419)
Honorários da administração	18	(301)	(1.433)	(678)	(415)
Despesas tributárias		(904)	(1.629)	(1.108)	(1.582)
Resultado de participação em coligadas e controladas	10	1.286	1.536	3.935	-
Outras receitas operacionais		352	771	282	943
Outras despesas operacionais		(75)	(77)	(490)	(90)
Resultados não operacionais		(22)	(161)	(16)	(769)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		10.825	18.080	9.842	11.376
Imposto de renda e contribuição social	20	(3.179)	(5.520)	(8.620)	(5.795)
Provisão para imposto de renda		(1.698)	(3.425)	(407)	(2.220)
Provisão para contribuição social		(1.480)	(2.095)	(3.611)	(3.339)
Ativo fiscal diferido		(101)	814	(92)	449
Participações nos lucros		(291)	(333)	(397)	(587)
Lucro líquido do semestre e exercícios		7.255	12.227	8.585	7.331
Juros sobre capital próprio		(1.718)	(3.575)	(3.260)	(1.718)
Quantidade de ações		45.000	45.000	23.000	-
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,1230	0,1955	0,2315	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Sub total	Participação de Minoritários Controladores	Total
	Capital Social	Outras Reservas de Lucro				
<b>SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2016</b>	20.000	3.000	1.898	18.817	43.515	43.515
Aumento de Capital	3.000	(3.000)	-	-	-	-
Varição na participação de minoritários controladores	-	-	-	-	-	875
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.585	8.585	8.585
Destinações:						
Constituição de reserva	16.(b) e (c)	-	429	4.602	(5.031)	-
Juros sobre capital próprio	16.d	-	-	-	(3.260)	(3.260)
Dividendos	16.d	-	-	-	(294)	(294)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	23.000	3.000	2.327	23.219	48.546	48.546
Mutações do período	3.000	(3.000)	429	4.602	5.031	5.031
<b>SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2017</b>	23.000	3.000	2.327	23.219	48.546	48.546
Aumento de capital aprovado pelo BACEN	22.000	-	(2.327)	(17.473)	-	2.200
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.227	12.227
Destinações:						
Constituição de reserva	16.(b) e (c)	-	611	7.559	(8.170)	-
Juros sobre capital próprio	16.d	-	-	-	(3.575)	(3.575)
Dividendos	16.d	-	-	-	(482)	(482)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	45.000	3.000	611	13.305	58.916	58.916
Mutações do período	22.000	-	(1.718)	(9.914)	10.370	10.411
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017</b>	45.000	-	249	8.441	53.690	53.690
Varição na participação de minoritários controladores	-	-	-	-	73	73
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	7.255	7.255
Destinações:						
Constituição de reserva	16.(b) e (c)	-	362	4.864	(5.226)	-
Juros sobre capital próprio	16.d	-	-	-	(1.718)	(1.718)
Dividendos	16.d	-	-	-	(311)	(311)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	45.000	3.000	611	13.305	58.916	58.916
Mutações do período	-	-	(362)	(4.864)	(5.226)	(73)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	2º Sem/2017	Individual 31/12/2017	31/12/2016	2º Sem/2016	Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	7.255	12.227	8.585	7.331	12.171	8.872
Lucro líquido do semestre/exercício	-	-	-	-	-	-
Ajustes para:						
Depreciações e amortizações	74	153	157	105	213	181
Equivalência patrimonial	(1.286)	(1.536)	(3.935)	-	-	-
Resultado com instrumentos derivativos	1.693	2.061	-	332	1.219	-
Varição cambial e encargos sobre empréstimos no exterior	-	-	-	764	764	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	493	1.567	3.591	1.438	5.033	5.626
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	132	-	(607)	322	1.419
Provisão para riscos chaves, fiscais e trabalhistas	4	(340)	478	4	(342)	488

podem vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas na ocasião da elaboração de suas demonstrações financeiras. As demonstrações consolidadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

#### b. Descrição das principais práticas de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, os passivos, as receitas e as despesas do Banco e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e as suas subsidiárias, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

#### Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais o Banco exerce controle integral, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. As empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro líquido das entidades que compõem as Demonstrações Consolidadas antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	Barigui S.A. Crédito, Investimentos e Financiamentos		Barigui Companhia Hipotecária		Barigui Securitizadora S.A	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Total do Ativo	285.673	301.522	269.471	208.938	13.745	2.211
Total do Passivo	226.757	252.976	254.443	194.343	12.365	805
Total do Patrimônio Líquido	58.916	48.546	15.029	14.595	1.380	1.406
Lucro / Prejuízo Líquido do exercício (antes JCP)	12.227	8.585	1.505	4.222	(26)	158

#### c. Base para compilação e formação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram compiladas a partir das demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais das empresas envolvidas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

#### d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7.b – critério de provisionamento: mensuração para perdas com operações de crédito;
- Nota explicativa 9 – estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de outros valores e bens (bens não de uso);
- Nota explicativa 20.b – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);
- Nota explicativa 15 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 23 março de 2018.

#### 3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

##### a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

##### b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

##### c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

##### d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- Mantidos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos mantidos até o vencimento:** são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

##### e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, praticadas pelo Conglomerado Barigui, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

##### f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

(i) **Operações de crédito** - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito da Financeira são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas e as principais operações de crédito da Companhia Hipotecária são compostas por financiamentos imobiliários, com alienação fiduciária, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

(ii) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito controladas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

##### (iii) Operações vencidas há mais de 60 dias

- as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

##### g. Despesas antecipadas

Correspondem principalmente a:

- Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação; e
- As comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14, conforme abaixo:

• **2015:** reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;

• **2016:** reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e

• **2017:** reconhecer o valor total da comissão paga integralmente, como despesa.

##### h. Investimentos

Os investimentos em controlada foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

#### i. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%
Gastos de organização e expansão	20%

#### j. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Desenvolvimento/Licenciamento de uso de software	20%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

#### k. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

#### l. Transação de cessão venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme determina a Resolução nº 3.533 do CMN, foram classificadas, considerando as suas características, na categoria descrita abaixo:

• **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram retidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prestada, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do FIDC adquiridas for superior à perda provável.

#### m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

#### n. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

#### o. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

#### p. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

• **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

• **Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, e para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016 considerando a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15. A partir de 2019 a alíquota retorna para 15%. A Barigui Hipotecária utiliza a alíquota-base de 9% do lucro tributável para a constituição da contribuição social, conforme legislação em vigor.

#### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

#### r. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Individual		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades				
Caixa	6	3	6	8
Depósitos bancários	511	1.816	1.548	2.434
Aplicações interfinanceiras (a)	36.357	70.657	31.333	56.431
TOTAL	36.874	72.476	32.887	58.873

As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

#### 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

Título	Taxa	Individual		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
DI (pós)	101% CDI	35.207	101% CDI	66.105	28.182
DI (pré)	6,84% a.a.	1.150	13,59% a.a.	4.552	3.151
Total		36.357	70.657	31.333	56.431

#### 6. Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos derivativos

##### a. Títulos e valores mobiliários – mantidos para negociação

Carteira própria	Vencimento	Individual		Ajuste a valor de mercado
		Valor de mercado	Valor de curva	
Cotas Fundo de Investimentos	Indeterminado	5.000	5.000	-

  

Carteira própria	Vencimento	Consolidado		Ajuste a valor de mercado
		Valor de mercado	Valor de curva	
Cotas Fundo de Investimentos	Indeterminado	5.000	5.000	-
LFT – Mantido para negociação	1/3/2021	1.996	1.994	2
Total		6.996	6.994	2

#### b. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swap", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos – CETIP, agora conhecida como B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir:

Posição ativa	Data de vencimento	Individual – 31/12/2017		Diferencial a receber / (a pagar)
		Valor referencial	Conta de compensação	
PRE-Fixada	01/04/2019	60.000	66.416	-
Posição passiva	01/04/2019	60.000	64.320	(2.095)
CDI				(2.095)

Posição ativa	Data de vencimento	Consolidado - 31/12/2017		Diferencial a receber / (a pagar)
		Valor referencial	Conta de compensação	
PRE-Fixada	01/04/2019	60.000	66.416	-
Posição passiva	01/04/2019	60.000	64.320	(2.095)
CDI				(2.095)

  

Posição ativa	Data de vencimento	Consolidado - 31/12/2016		Diferencial a receber / (a pagar)
		Valor referencial	Conta de compensação	
PRE-Fixada	01/04/2019	60.000	66.416	-
Posição passiva	01/04/2019	60.000	64.320	(2.095)
CDI				(2.095)

Posição ativa	Data de vencimento	Individual		Diferencial a receber / (a pagar)
		Valor referencial	Conta de compensação	
PRE-Fixada	01/04/2019	60.000	66.416	-
Posição passiva	01/04/2019	60.000	64.320	(2.095)
CDI				(2.095)

#### c. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	Individual		
	2º sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.740	5.449	6.985
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1	1	547
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.693)	(2.061)	-
Total	48	3.389	7.532

	Consolidado		
	2º sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	1.668	4.770	7.008
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3	3	547
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(2.280)	(2.129)	755
Total	(609)	2.244	8.310

#### 7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

##### a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

Carteira	Individual		Individual	
	31/12/2017	Distrib.	31/12/2016	Distrib.
Capital de giro	415	0,19%	322	0,15%
Crédito pessoal	223.045	99,77%	209.806	99,21%

	0,50%	1,00%	3%	10%	30%	50%	70%	100%	
A	16	1.751	11.719	346.437	359.923	(1.801)	306.091	(1.529)	
B	-	-	-	715	715	(4)	2.179	(11)	
C	-	22	3.767	32.653	36.442	(364)	23.539	(235)	
D	-	67	339	8.244	8.650	(87)	11.166	(112)	
E	-	175	1.005	21.685	22.865	(686)	13.461	(404)	
F	-	202	510	18.800	19.512	(585)	14.376	(431)	
G	-	420	-	935	367	1.302	(130)	560	
H	-	-	-	4.195	4.615	(462)	4.264	(426)	
Total	-	-	-	317	317	(95)	54	(16)	
Circulante	-	-	-	30	2.125	2.155	(647)	2.466	(740)
Não Circulante	-	-	-	1.218	137	1.355	(678)	1.242	(621)
Total	-	-	-	6	1.959	1.965	(983)	1.594	(797)
Circulante	-	-	-	-	862	862	(603)	964	(675)
Não Circulante	-	-	-	-	16	16	(16)	77	(171)
Total	-	-	-	-	2.028	2.028	(1.029)	3.031	(3.021)
Total	16	2.643	20.926	465.503	489.088	(9.167)	405.953	(9.164)	
Circulante	-	-	-	135.985	(3.772)	121.970	(3.962)	-	
Não Circulante	-	-	-	353.103	(5.395)	283.983	(5.203)	-	

### c. Aquisição Cessão de Crédito Controlada

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, a controlada adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 27.894 e R\$ 46.312 (R\$ 29.803 em 2016). Essas operações auferiram renda no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 4.186 e R\$ 7.998, respectivamente (R\$ 5.753 em 2016). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

#### 8 Outros créditos

	Individual	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	37	68
Adiantamentos e antecipações salariais	1.796	928
Créditos tributários (nota 22c)	199	263
Impostos a compensar	36	72
Títulos e créditos a receber (a)	-	896
Devedores para compra de valores e bens	113	59
Devedores diversos (b)	115	104
Outros (c)	2.196	1.494
Total	2.687	333
Não circulante	-	-
Depósitos em garantia	327	190
Devedores para compra de valores e bens	1.045	1.099
Títulos e créditos a receber (a)	(327)	(327)
Créditos tributários (nota 22c)	313	289
Provisão para outros créditos	-	4.974
Total	2.687	333

(a) Os valores inscritos em "Títulos e Créditos a Receber" referem principalmente: (i) R\$ 114 referentes a falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 151 em 2016); (ii) R\$ 248 representam valores sem características de concessão (R\$ 248 em 2016); (iii) valores a receber de prestação de serviços no montante de R\$ 248; e (iv) demais valores pulverizados e imateriais.

(b) Os valores inscritos em "devedores diversos" estão representados principalmente por: (i) valores relativos a baixa de parcelas pendentes, que serão recebidas no dia útil seguinte no montante de R\$ 149 (nã há valores comparativos em 2016); (ii) R\$ 91 referente a valores a ressarir de pagamentos de custas e emolumentos para a retomada de imóveis (R\$ 18 em 2016); e (iii) demais valores pulverizados e imateriais.

(c) Os valores inscritos em "outros" são compostos por: (i) R\$ 80 referem-se a dividendos a receber (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2016); (ii) R\$ 6 são valores a receber de sociedades ligadas (R\$ 8 em 2016).

#### 9 Outros valores e bens

	Individual	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	1.290	1.864
Despesas antecipadas	44	8
- Comissões (a)	-	74
- Outros	-	74
Imóveis (b)	-	7.412
(*) Prov. para desvalorização de bens (c)	-	(939)
Total	1.334	1.788
Não circulante	804	2.612
Despesas antecipadas:	1.642	784
- Comissões (a)	(861)	(729)
- Outros (b)	1.585	2.667
(*) Prov. para desvalorização de bens (c)	-	5.513
Total	1.585	2.667

(a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

(b) Em 31 de dezembro de 2017 não ocorreram consolidações de propriedades na Financeira, apenas na sua controlada, no montante de R\$ 11.097. No consolidado o valor total dos imóveis retomados representa R\$ 12.739.

(c) Provisão de R\$ 861 para perda de imóveis consolidados na Financeira; e provisão na controlada por decisão da administração no montante de R\$ 1.153.

#### 10 Investimentos

	Controladas	Exercício
	Barigui Gestão de Recursos Ltda (a)	Barigui Securitizadora S.A (b)
Informações sobre a controlada:	700.000	1.350.000
Número de ações de capital	700	1.350
Patrimônio líquido:	700	1.350
Capital social	700	1.350
Informações sobre o investimento na controlada:	362	1.337
Número de ações possuídas	55%	99%
Percentual de participação (%)	-	13,720
Movimentação dos investimentos no exercício:	382	1.244
Saldo início do exercício	-	(1.007)
Aquisição participação societária	382	1.244
Dividendos	-	(1.007)
Resultado de equivalência patrimonial	-	1.414
Saldo final do exercício	382	1.366

(\*)O total apresentado em 31 de dezembro de 2016 compreende apenas a Barigui Companhia Hipotecária. (a) Em 2016, a Barigui Financeira, adquiriu 50,10% de participação societária, junto à empresa Barigui Gestão de Recursos Ltda, e durante o exercício de 2017, adquiriu adicionalmente 4,47%, compondo o valor nominal das cotas correspondentes a R\$ 382 (trezentos e oitenta dois mil reais). A Barigui Gestão, tem como objeto social a administração de carteira de títulos e valores mobiliários.

(b) Em 2017, a Barigui Financeira, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Barigui Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.244 (Hum milhão, duzentos e quarenta e quatro mil reais). A Barigui Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.

(c) Em setembro de 2011, O Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Barigui Companhia Hipotecária, na qual a Financeira detém participação de 94% do capital.

#### 11 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Depósitos a prazo	-	17.614	-	17.614	25.488
Circulante	-	17.614	-	17.614	25.488

#### b. Recursos de aceites e emissões de títulos

	Individual	Consolidado			
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Letra de câmbio	11.652	56.529	124.802	192.983	218.097
Total	11.652	56.529	124.802	192.983	218.097
Circulante	-	-	-	68.181	62.243
Não Circulante	-	-	-	124.802	155.854
Letras de Câmbio	11.652	56.529	124.419	192.600	218.097
Letras de Crédito Imobiliário	13.027	55.073	161.457	229.557	168.888
Total	24.679	111.602	285.876	422.615	386.985
Circulante	-	-	-	136.281	122.103
Não circulante	-	-	-	285.876	264.882

#### b.1 Reconciliação das despesas de captação com o resultado:

	Individual	Consolidado				
	2º sem/2017	31/12/2017	31/12/2016	2º sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Despesas depósitos interfinanceiros	(24)	(24)	(1.144)	(61)	(46)	(1.246)
Despesas depósitos a prazo	(847)	(2.233)	(3.796)	(647)	(2.233)	(3.796)
Despesas aceites cambiais	(8.816)	(20.894)	(29.257)	(8.786)	(20.803)	(29.257)
Despesas letras de crédito imobiliário	-	-	-	(8.017)	(15.629)	(21.807)
Despesas letras financeiras subordinadas (nota 16)	(30)	(71)	(98)	(30)	(71)	(98)
Contribuição ao FGC	(228)	(496)	(515)	(389)	(795)	(759)
Outros	(105)	(219)	(172)	(292)	(574)	(312)
Total	(10.050)	(23.937)	(34.982)	(18.422)	(40.151)	(57.275)

#### 12 Obrigações fiscais e previdenciárias

	Individual	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	2.152	112	2.378	1.421
Contribuição social	2.083	99	2.198	606
Retenções s/ serv. de terceiros	13	13	51	27
Impostos e contribuições s/ salários	311	270	472	350
Impostos diferidos	100	-	439	-
Outros	216	154	389	223
Total	4.875	648	5.927	2.627

#### 13 Outras obrigações - Diversas

	Individual	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	344	335	577	509
Despesas de pessoal	761	656	2.350	1.367
Outras provisões	3.262	3.069	10.391	5.769
Credores diversos - país (a)	4.367	4.060	13.318	7.645
Total	397	782	459	847
Não circulante	-	-	7.327	2.191
Provisões para contingências (nota 15)	-	-	7.786	3.038
Credores diversos - país (a)	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

#### (a) Referem-se a:

- parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 3.262 (R\$ 3.067 em 2016);
- contratos de financiamentos efetivados e não desembolsados até a data do balanço no montante de R\$ 6.043 (R\$ 1.958 em 2016);
- reccebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas R\$ 1.884 (R\$ 1.674 em 2016);
- compra de carteira a prazo no montante de R\$ 5.176 (não há valores comparativos em 2016);
- Demais valores pulverizados de R\$ 1.353 (R\$ 1.259 em 2016).

#### 14 Outras obrigações - dívidas subordinadas

Mediante autorização do Banco Central do Brasil, em 16 de junho de 2011, foi considerada elegível como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada (Res. 3.444/07), a venda de Letra Financeira Subordinada efetuada a terceiro, no montante de R\$ 600, com prazo de 7 (sete) anos e pagamento semestral ao aplicador dos rendimentos.

Na forma da regulamentação própria, tal aplicação conta com bloqueio junto à Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CELTIP) e é vedado o resgate antecipado da mesma sem autorização do Bacen. Em 31 de dezembro de 2017 o valor de custo acrescido dos encargos da Letra Financeira Subordinada é de R\$ 607 (R\$ 614 em 2016). Foram reconhecidos, no semestre e exercício em questão, como despesas de captação no mercado, o montante de R\$ 30 e R\$ 71 respectivamente (R\$ 98 em 2016).

#### 15 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

##### a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos na Financeira nem em sua controlada ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

##### b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista

###### b.1 Ações cíveis, trabalhistas e fiscais

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável a Financeira efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

##### c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no exercício

Em 31 de dezembro de 2017, a Financeira possui contabilizada provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 397 (R\$ 782 em 2016), e a controlada constituiu provisão, no valor de R\$ 62 (R\$ 65 em 2016), conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Individual	Consolidado				
	2º sem/2017	31/12/2017	31/12/2016	2º sem/2017	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Anterior	428	782	409	498	847	464
Const. Prov. cível	75	92	303	75	106	434
Const. Prov. Trabalhista	-	-	368	-	-	368
(-) Reversão prov. cível	(64)	(144)	(193)	(72)	(161)	(314)
(-) Reversão prov. Trabalhista	-	(289)	-	-	(289)	-
(-) Pagamentos	(42)	(45)	(105)	(42)	(45)	(105)
Total	397	397	782	459	459	847

#### d Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2017, por processos de natureza cível no montante de R\$ 1.309 (R\$ 785 em 2016). Adicionalmente, o consolidado totaliza o valor de R\$ 2.897 (R\$ 918 em 2016). A Financeira possui processos de natureza trabalhista no montante de R\$ 110 classificado como risco de perda possível (não há comparativo em 2016).

#### 16 Patrimônio líquido

##### a. Capital Social

Durante o exercício de 2017, o Conselho de Administração propôs aumento de capital social de acordo com a Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 22.000 (vinte e dois milhões de reais), sendo R\$ 19.800 oriundos de reservas de lucros e R\$ 2.200 em espécie. Este aumento de capital social, teve aprovação do BACEN, e foi registrado através da 31ª AGE de 17 de maio de 2017. O valor do capital social passou de R\$ 23.000 (vinte e três milhões de reais) para R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), sendo R\$ 44.459 (quarenta e quatro milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 541 (quinhentos e quarenta e um mil) ações preferenciais nominativas.

O capital social das controladas, não sofreu alteração.

	No de ações Financeira	Participação %	Barigui Companhia Hipotecária	Barigui Securitizadora S.A.	Total ações Consolidado
Barigui S/A C.F.I	-	-	9.400.000	1.336.500	-
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	16.093.710	35,7638	-	-	16.093.710
Enio Fomeia Junior	5.335.110	11,8539	-	-	5.335.110
Ivo Luiz Rovada	10.972.665	24,3837	50.000	-	11.022.665
Antonio Bordin Neto	3.164.040	7,0312	-	-	3.164.040
Maria Teresa Fomeia Caron	1.620	0,0036	500.000	-	501.620
Evandro Leandro Perussolo	541.080	1,2024	-	13.500	554.580
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	8.891.775	19,7595	50.000	-	8.941.775
Total	45.000.000	100,0000	10.000.000	1.350.000	45.613.500

##### b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

##### c. Reserva estatutária

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

##### d. Dividendos e Juros sobre Capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

|--|--|

Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(4.082)	(6.476)	(3.768)
<b>Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:</b>			
Adições Temporárias	(1.591)	(7.926)	(2.580)
Adições Permanentes	(40)	(51)	(24)
<b>Exclusões</b>			
Equivalência	-	-	1.786
Deduções por incentivos fiscais	180	239	122
Outros	1.710	6.775	829
<b>Impostos de Renda e Contribuições Social</b>	<b>(3.823)</b>	<b>(7.439)</b>	<b>(3.635)</b>

### c. Movimentação dos créditos tributários

	Individual			Saldo Final 31/12/2017
	Saldo Inicial 31/12/2016	Constituição	(-) Reversão	
<b>Imposto de renda</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.155	13	(109)	1.059
Provisão para contingências	121	99	(172)	48
Provisão Swap - MIM	-	595	(563)	42
Outras provisões	(151)	638	(69)	428
<b>Créditos Tributários de IRPJ</b>	<b>1.125</b>	<b>1.345</b>	<b>(893)</b>	<b>1.577</b>
<b>Contribuição social</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	925	11	(88)	848
Provisão para contingências	97	80	(138)	39
Provisão Swap - MIM	-	477	(443)	34
Outras provisões	(120)	510	(47)	343
<b>Créditos Tributários de CSLL</b>	<b>902</b>	<b>1.078</b>	<b>(716)</b>	<b>1.264</b>
<b>Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ</b>	<b>2.027</b>	<b>2.423</b>	<b>(1.609)</b>	<b>2.841</b>

	Consolidado			Saldo Final 31/12/2017
	Saldo Inicial 31/12/2016	Saldo aquisição controlada*	Constituição	
<b>Imposto de renda</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.543	-	1.311	(691)
Provisão para contingências	138	-	121	(195)
Provisão Swap - MIM	342	-	1.031	(625)
Outras provisões	7	7	836	(400)
<b>Créditos Tributários de IRPJ</b>	<b>3.023</b>	<b>7</b>	<b>3.299</b>	<b>(1.911)</b>
<b>Contribuição social</b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.424	-	479	(298)
Provisão para contingências	103	-	89	(147)
Provisão Swap - MIM	-	-	633	(469)
Outras provisões	57	4	581	(171)
<b>Créditos Tributários de CSLL</b>	<b>1.584</b>	<b>4</b>	<b>1.782</b>	<b>(1.085)</b>
<b>Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ</b>	<b>4.607</b>	<b>11</b>	<b>5.081</b>	<b>(2.996)</b>

\* Saldos registrados na Barigui Securitizadora S.A, não considerados no exercício de 2016 para a posição consolidada.

### **Conglomerado financeiro**

Considerando as expectativas de resultado futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração da Financeira acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de

2017 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	Individual			TOTAL
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	
<b>Créditos Tributários de Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporária	999	-	581	1.579
Valor Presente	929	-	503	1.432
<b>Créditos Tributários de Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporária	798	-	464	1.262
Valor Presente	743	-	402	1.145

	Consolidado			TOTAL
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	
<b>Créditos Tributários de Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporária	1.532	668	2.218	4.418
Valor Presente	1.427	579	1.923	3.928
<b>Créditos Tributários de Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporária	991	240	1.054	2.285
Valor Presente	922	208	913	2.044

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 7,40% (Selic). A Financeira e a suas controladas não deixaram de ativar os créditos tributários durante o exercício de 2017 e 2016.

### **21 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)**

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 10,5% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamento pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2017 atingiu 17,62, representativo do Conglomerado Barigui, atendendo preceitos regulamentares.

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Patrimônio de referência</b>	<b>59.467</b>	<b>50.123</b>
<b>Índice de Basileia BACEN</b>	<b>17.62</b>	<b>16.95</b>

### **22 Estrutura de gerenciamento de riscos**

A Financeira conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco, composto pelos membros de sua Diretoria e presidido pelo Diretor Presidente. O assunto tem merecido a devida atenção daquele Colegiado, por sua relevância, envolvendo os riscos: Operacional, de Mercado/Liquidez, de Crédito e Gerenciamento de Capital, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Cada um deles conta com diretor responsável, devidamente registrado no Bacen, e são emitidos relatórios individualizados anualmente. O Manual de Procedimentos Internos, em seus diversos módulos, onde estão descritas todas as rotinas dos negócios praticados na Financeira, contempla tópico específico sobre a matéria em questão, e tem sido alvo de atualizações, mantendo-se, dessa forma, a participação dos diversos setores internos da Financeira no controle e gerenciamento dos riscos, a partir da base das operações cursadas.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

#### **a. Risco de crédito**

ma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fun-

Visando a mitigação do risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

#### **b. Risco operacional**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes, internas e externas, e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Estão ainda embutidas nos serviços próprios ações que podem ser classificadas como preservação de reputação e imagem.

#### **c. Risco de mercado**

Os riscos de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, a Financeira emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

#### **d. Risco de liquidez**

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a financeira dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

#### **e. Risco de gerenciamento de capital**

Avaliação permanente da necessidade de capital da Financeira para fazer face aos riscos que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia.

A Financeira realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Financeira a suportar os efeitos assim levantados.

"O gerenciamento em questão atende não só a Financeira como as suas controladas, Barigui Cia. Hipotecária e Barigui Securitizadora S.A., integrantes do Conglomerado Barigui."

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: [www.bariguicreditointelgente.com.br](http://www.bariguicreditointelgente.com.br) > institucional > gerenciamento de riscos.

**Curitiba (PR), 23 de março de 2018**

#### **Diretoria**

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro - **Diretor Presidente**  
Evaldo Leandro Perussolo - **Diretor Superintendente**  
Maria Teresa Fornea Caron - **Diretora Executiva**

#### **Conselho de Administração**

Ivo Luiz Roveda - **Presidente**  
Enio Fornea Júnior - **Vice Presidente**  
Felix Archanjo Bordin - **Conselheiro**  
Antônio Bordin Neto - **Conselheiro**  
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro - **Conselheiro**

#### **Responsável técnica**

Cristiane Aparecida Damrat - **Contadora CRC PR 063966/O-2**

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### **Ao Conselho de Administração e Diretores da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos Curitiba - PR**

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra for-

20 cm